

FUNCIONALISMO

Ganho real preservado

Levantamento aponta que, ao contrário do setor privado, renda dos servidores avançou 8% entre 2012 e 2021

» ROSANA HESSEL

Enquanto a inflação oficial ultrapassa 10% e corrói, cada vez mais, o poder de compra dos brasileiros, a diferença entre as remunerações dos trabalhadores do setor privado e do funcionalismo público não para de crescer — e deve aumentar ainda mais se houver um novo reajuste no ano que vem, conforme as promessas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

De acordo com levantamento feito pela economista Ana Tereza Pires, pesquisadora da consultoria IDados, a pedido do **Correio**, os ganhos dos servidores públicos cresceram 8%, em termos reais (acima da inflação) entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021. Enquanto isso, os trabalhadores com carteira assinada não tiveram ganho real algum, pois a renda média caiu 0,1% no mesmo período, segundo os cálculos da especialista.

“Enquanto os trabalhadores do setor privado não tiveram nenhuma correção, em termos reais, na renda, os servidores tiveram um ganho expressivo acima da inflação média no período, de 69,4%”, explicou. “O trabalhador do setor privado tem muito pouco poder de barganha, enquanto os servidores têm reajustes quase que automáticos. E, se a conjuntura econômica continuar ruim como atualmente, com desemprego elevado, inflação alta e pouco crescimento na economia, a tendência é que esse desequilíbrio fique maior”, destacou a economista.

Conforme dados do Banco Mundial, o salário médio dos

Ana Volpe



Remuneração média no setor público é 96% maior do que na iniciativa privada, segundo o Banco Mundial

servidores é 96% superior à média dos rendimentos dos trabalhadores do setor privado. Esse indicador é de 2018, mas analistas reconhecem que o quadro atual tende a ser pior. Os números levantados pela especialista do IDados mostram que a quantidade de servidores nas três esferas de governo diminuiu 13% entre 2012 e 2019, mas os ganhos do setor público cresceram 8% entre os trabalhadores com carteira e 16%, entre os sem carteira. Já no setor privado, conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), os reajustes

salariais, em setembro, ficaram 1,9% abaixo da previsão de inflação para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 10,4% em 12 meses.

Os dados do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), do Ministério da Economia, também mostram um quadro preocupante do ponto de vista das contas públicas, e vão na contramão das afirmações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o congelamento dos salários dos servidores por dois anos deve gerar uma economia de R\$ 150 bilhões para os cofres públicos nas três esferas

de governo. O painel mostra que o gasto mensal do governo federal com os servidores ativos e inativos cresceu quase 5% em relação ao período pré-pandemia, apesar da redução de 35 mil vagas entre 2019 e 2021.

O painel mostra que o custo em outubro de 2019, com a folha de pouco mais de 1,2 milhão de pessoas, era de R\$ 24,1 bilhões e passou para R\$ 25,4 bilhões, no mesmo intervalo do ano passado, e para R\$ 25,3 bilhões, em outubro deste ano.

“A pandemia mudou pouco essa situação de desigualdade. A

crise ainda reduziu mais os salários dos trabalhadores do setor privado em algumas áreas enquanto o setor público manteve a renda constante e ainda não teve redução de despesa apesar da redução no número de servidores”, destacou Daniel Duque, especialista em mercado de trabalho e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ele ressaltou que o Brasil tem um número pequeno de servidores que custam muito caro para o governo, em comparação a outros países desenvolvidos. “Existem cerca de



“Aumentar linearmente os salários não ajuda a melhorar a qualidade do serviço público. É preciso arrumar ferramentas de remuneração que melhorem a produtividade”

Daniel Duque, pesquisador da FGV

10 milhões de servidores em todo o país, mas a renda per capita do funcionalismo está acima da média de economias ricas que sequer concedem estabilidade no emprego como no Brasil”, afirmou.

Especialistas lembram que um reajuste linear para o funcionalismo também não corrige as discrepâncias entre as remunerações dos servidores, cujo teto de R\$ 39,2 mil nem sempre é respeitado. Alguns privilegiados recebem supersalários ou até mesmo têm, agora, teto duplo — recentemente instituído pelo Ministério da Economia para servidores civis e militares aposentados que continuam na ativa. “Aumentar linearmente os salários não ajuda a melhorar a qualidade do serviço público. É preciso arrumar ferramentas de remuneração que melhorem a produtividade do setor público”, defendeu Daniel Duque.

CB FÓRUM LIVE

AGRO 4.0

24.NOV • 15H30

TRANSMISSÃO AO VIVO
no site e redes sociais do Correio



Carlos Alexandre Jorge Da Costa
Secretário Especial
Ministério da Economia e
Presidente do Conselho
Deliberativo da ABDI



Igor Calvet
Presidente
da ABDI



Fernando Camargo
Secretário de
Inovação
do MAPA



Alceu Moreira
Deputado Federal
(MDB-RS) e Membro
da Frente Parlamentar
da Agropecuária

ABERTURA

PAINEL 1 > **Projetos de IOT, Sensoriamento Remoto e Geolocalização: resultados e desafios**

PAINEL 2 > **Projetos de Inteligência Artificial, Analytics e Robótica: resultados e desafios**

KEYNOTE SPEAKER >



Rodrigo Bonatto
Diretor de Soluções
Inteligentes da John
Deere

Oportunidades do Agro 4.0 para o aumento da produtividade e competitividade no Brasil

MODERADOR >



Vicente Nunes
Editor Executivo do
Correio Braziliense

ACESSE E SAIBA MAIS:
[CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR](https://www.correio.com.br)

Patrocínio: 

Apoio: 

Realização: 

CB AGRO

Cooperativismo se expande

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Segundo Pedro Caldas, instituições representam 11% do sistema financeiro nacional

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ*

O sistema de cooperativismo de crédito está em franco crescimento no país. Segundo Pedro Caldas, presidente da Sicredi Planalto Central, tradicionalmente, o segmento ocupava de 4% a 6% do sistema financeiro nacional. Agora, abrange mais de 11%. Ainda segundo ele, “o cooperativismo de crédito é líder disparado em participação econômico-financeira das localidades”.

Em entrevista ao **CB.Agro** — programa que é uma parceria entre o **Correio** e a TV Brasília —, Caldas disse que uma das razões para a alta é o fato de o cooperativismo de crédito fazer parte de uma tendência de melhoria no atendimento. “E a sociedade vem entendendo esse modelo nas cooperativas”, acrescentou.

Hoje em dia, os usuários encontram nas cooperativas os principais serviços de bancos: conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos.

O presidente da Sicredi observou que, apesar de o crescimento do sistema cooperativo ser mais intenso, sobretudo, no Paraná, o movimento de melhoria no atendimento vem se interiorizando, inclusive no Distrito Federal e em Goiás.

“O Centro-Oeste, como um todo, vem crescendo. É mais um benefício que o ramo agro oferece, pois as cooperativas que nasceram agro tornaram-se muito fortes e estão, agora, atendendo grandes centros econômicos. Então, é uma sinergia das pessoas ao se associarem às cooperativas de crédito”, pontuou, lembrando que as cooperativas são instituições formadas pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos associados.

Em relação às vantagens do cooperativismo, Pedro Caldas citou o apoio financeiro e operacional que as entidades proporcionam aos cooperados. “A instituição precisa entender do mercado financeiro, de

relacionamento, de cooperativismo e das necessidades do usuário associado. Então, aqui já tem uma diferença muito grande, pois o foco está no cooperado, que precisa da solução financeira”, disse. E completou: “Quando a gente olha para um modelo mental, muito focado nas metas, para um modelo focado no propósito de servir, já muda muita coisa”.

O representante da Sicredi Planalto Central ressaltou que, em 2020, os depósitos no sistema de cooperativas cresceu 46%. “Nas carteiras de crédito, o aumento foi de 35%. Isso é resultado da força que o Banco Central vem imprimindo, da melhor organização, do fundo garantidor, e do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), que, por sua vez, tem como braço o Sistema S, que possibilita as capacitações”, elencou.

* Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo